

(Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Educação
Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Cultura)

Professor Doutor João Soeiro de Carvalho, Comissário da Conferência Nacional de Educação Artística

Colegas

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

As minhas desculpas pelo papel a que me arrimo.

Sem ele – é mais que certo – estariam já a presenciar o entupimento mais constrangedor de quantos alguma vez tenham acaso testemunhado.

Pelo que pude ouvir dos trabalhos que agora chegam ao fim – e pouco foi – ocorre-me propor-vos, já, um primeiro exercício (haverá um outro lá mais para diante): considerem que a adequada conferência de encerramento já a ouviram pelo menos umas três ou quatro vezes (com toda a probabilidade, mais, até). A oportunidade dos dizeres, a desenvoltura, o brilho que atravessou como uma iluminação várias dessas comunicações, onde a perfeita concatenação dos conceitos se apresentava de um modo tão natural que a noção de belo pairava, por ali, a cada passo, era um verdadeiro regalo de se ouvir.

Ora, se o que era oportuno que se dissesse no encerramento dos trabalhos já os Colegas o ouviram de modos vários, transfiram, se quiserem ser amáveis, o que vou dizer, para um outro qualquer momento, ou – melhor ainda – rasurem-no, pura e simplesmente, das vossas memórias.

Vale isto a dizer que andei com alguma ligeireza, quando, não há ainda muitos dias, aceitei o repto que me tem aqui agora, com não pouco constrangimento. Que me perdoe Almada o surripianço, mas, 'peço desculpa'.

Estas coisas articulo por serem as que primeiro me digitaram, no meu regresso ao computador, quase ao fim da tarde de ontem, os dois dedos – um de cada mão – no teclado que, de há anos a esta parte, me faz a escrita manual mais incerta e mais insegura. Pretexto para vos dizer antes de mais, que a prática quotidiana de muitas horas, ó gente bem intencionada!, o trabalho rigoroso e persistente, não é substituível por coisíssima nenhuma, quando se quer atingir e constantemente aperfeiçoar um nível de 'performance' que não nos moleste o ego – como os artistas de todas as artes, que não só das que aqui nos convocam – estão fartinhos de saber e de sofrer. Atenção, então, ao tipo de consistência que pode resultar de meia dúzia

de pinceladas de várias artes, com que há quem pretenda formar os formadores que se hão-de lançar às lides que aqui nos convocam.

E, já agora, aproveitando a pública confissão, que comecei por fazer, de deficit de talento em artes de oratória sem rede, não queria deixar passar em claro uma afirmação aqui produzida, em comunicação, no geral, bem preciosa. Não será propriamente uma tentativa de refutação. Será mais a manifestação de uma convicção pessoal que é completamente contrária à mensagem que passou dessa afirmação. Queria dizer que me situo da banda dos que acham que todos temos mais inclinação para umas coisas do que para outras, dos que pensam que esse é um facto de observação diária, para a ocorrência do qual há-de pesar, com larguíssima margem de probabilidade, para além de naturais predisposições, o ambiente dos primeiros anos de vida, antes ainda da idade pré-escolar. Há efectivamente talentos. Os talentos não são uma invencionice. E há génios, Meus Senhores, raros, mas indiscutíveis: não está nas mãos de todos os físicos chegarem a Einstein, de todos os matemáticos a Euler, de todos os músicos a Bach, a Mozart, a Stravinsky, de todos os pintores a Leonardo, génio de tantas artes e saberes, a Miguel Ângelo, génio dobrado de escultor, mas também de poeta, a Picasso. De minha própria natureza, e pelo que ficará patente ao longo do que disser, preferia que estivéssemos todos, à partida, em absoluto pé de igualdade, relativamente ao que quer que fosse que se nos apresentasse como desafio a correr por um qualquer processo de aprendizagem. Essa não me parece, de todo em todo, que seja a realidade.

Dito o que, procurarei entrar, propriamente, no nada de assunto que aqui agenciei trazer, posto que nem de efabulações teóricas, nem de congeminações verbais sobre a natureza das coisas, isto é, das artes, vem o discurso feito.

Daí a minha primeira e se calhar única declaração peremptória: novidade é coisa que aqui se não encontrará.

Quem me dera ter ao menos destreza que me permitisse baralhar e tornar a dar. Mais do que isso, quem me dera poder vir aqui proporcionar-vos aquele passe de mágica que fizesse com que o sonho que desassossega as nossas cabeças e atíça os nossos corações fincasse, já amanhã, do pé p'rá mão, os pés bem na terra e desatasse, logo que fosse tempo disso, a desentranhar-se em frutos. Só que, ainda aí, nem sequer o sonho é novo...

Antes de vir tomar o pulso ao ambiente da Conferência, já tinha, é claro, alinhado algumas ideias, mas o tom delas não havia meio de abandonar uma ganga

panfletária que às vezes se me solta quando me parece que a situação não se clarifica sem que se zurza, por aí, a torto e a direito.

Vejam só: estava para começar exactamente assim:

Em bom rigor, Caríssimos Colegas, o que é preciso dizer aqui, desta tribuna, é que basta de conversa. O que urge é fazer sentir, com muita veemência, às tutelas, que de profundíssimas elocubrações está o inferno cheio; que chegou o tempo de passar à acção.

Refinadíssima injustiça, já se vê, que o ânimo, uma vez ao corrente, me não iria tolerar.

Eis por que, chegando a casa, da sessão do primeiro dia, me pus a compulsar, com muito vagar, o *Programa* da Conferência.

Deu para perceber que todas – o que se diz todas – as momentosas questões que hão-de inquietar a quem venha um dia a ter que decidir sobre tão candente imperativo, qual é o de proporcionar, finalmente, a todos os cidadãos a melhor das educações, andam por ali, nos temas das sessões plenárias, dos painéis, das mesas redondas, que um Organizador previdente e lúcido, soube concatenar com evidente discernimento.

É certo que nas sessões a que assisti, praticamente ninguém respeitou a temática programada, mas – disso estou seguro – tudo, ao fim, há-de ter acabado por dar certo. Nada terá ficado por dizer. Nada pode ter ficado entupido. Ou ficou?

Fundas razões me assistiam, enfim, para que começasse daquele jeito desabrido. É que, nos idos de 1991 ou 92, um governo de maioria absoluta, como este, também levou a cabo, com muita pompa e circunstância, uma *Conferência Nacional, direccionada para o Ensino Artístico*

Fui, então, não apenas um dos crédulos, mas um dos muitos produtores de discurso, discurso esperançoso, dobrado, no meu caso, de substancial acumulação de articulado no qual se espelhava uma prometida reforma para o sector, na área da música.

Ora, meus caros, tudo aquilo, como todos sabemos, deu em águas de bacalhau.

Desde aí, feitas as contas, quase nada mexeu, no sector de ensino a que se destinava a tão almejada reforma, e o que mexeu pouco terá a ver com a muita e boa teoria que por mor da Conferência foi produzida, nem com as conclusões e recomendações da dita.

A grande novidade da altura, as escolas profissionais artísticas – entre as quais, pelos abundantes frutos que já deram e vão continuar a dar, gostaria de salientar as de música, que são também as que tenho acompanhado com mais desperta atenção – já estavam no terreno. Causaram, aliás, verdadeira estupefacção nos participantes, sobretudo nos da área da música, as três orquestras escolares, que então ensaiavam os primeiros passos, provenientes de lugares tão improváveis, como o eram, Espinho, Santo Tirso e – surpresa das surpresas – Mirandela, do meu Trás-os-Montes profundo.

Por uma vez as periferias iam na vanguarda.

Ora, se pouco mexeu, desde então, no capítulo das leis orgânicas para o ensino artístico, o mesmo se não pode dizer do panorama artístico nacional, nomeadamente no campo da música, mesmo ao nível da vitalidade das escolas especializadas onde, as artes se ensinam ao mais alto nível que nos é possível. O *quam mutatus ab illo* – sabe bem dizê-lo. Mas, o que mudou tem menos a ver com o carinho, ou com a visão estratégica da tutela para o sector que continua à espera da reforma salvífica, que com a iniciativa no terreno. A tutela, ao mais alto nível, continuou – basta ler o *Estudo de Avaliação do Ensino Artístico* – a evitar meter-se no que, em boa verdade, sempre escapou ao seu discernimento e, nos níveis intermédios, que são os que estão mais em contacto com as realidades, a limitar-se, salvo raras e honrosas excepções, a ir a reboque dos acontecimentos: coisa ainda assim de saudar – que ir a reboque significa, objectivamente, não dificultar, não torpedear, e – sei-o bem – lograr convencer os decisores do momento, da bondade das iniciativas, mais vezes objecto de suspeita que de estímulo.

Voltando, à educação artística, do que se trata, então, do que se devia tratar aqui, era de fazer sentir a quem pode que, de reflexão, chega. Há, acumulada, e vai, felizmente, continuar a produzir-se, teorização de altíssimo gabarito, excelente em qualquer parte do mundo. O tempo, agora, é de *fazer*.

Exercício inútil, esse de tentar convencer quem já está convencido.

De facto, de facto, se a qualquer dos meus muito esclarecidos ouvintes fosse proposto o exercício de traduzir numa frase a substância de tanta discussão, o miolo de quantas conferências, comunicações, painéis, mesas redondas, encheram esta ou a anterior Conferência – a que foi da iniciativa da UNESCO – e tanta reunião preparatória dos dois magnos eventos, como se sairia do repto?

Atrevo-me a antecipar, sem grande risco de errar, que da forma que vos proponho: Do que se tratou foi de reconhecer a importância da educação artística na formação integral da personalidade.

Se me enganei, outra vez 'peço desculpa'.

Ora, isto que aparece dito e redito de muitos modos (nem sempre os mais felizes), e que, naturalmente, se encontra espelhado nas Recomendações e nas Conclusões da Conferência da UNESCO; isto que atravessa de lés a lés os documentos base desta Conferência Nacional (porque ela não é senão a projectada consequência da anterior para uso interno); isto, que se apresenta, às vezes, como se tivesse que se caucionar, não pelo seu valor intrínseco, mas pelo que do seu contacto se reflectirá numa mais expedita apropriação das outras aprendizagens, consideradas, essas sim, imprescindíveis; isto, o súbito ascendente que a presença das artes na educação parece estar a cobrar, de modo nenhum significa que viemos todos, só agora, subitamente, à descoberta da pólvora: sendo parte indissociável das nossas vidas, o *real*, este concreto mundo que nos cerca, e as múltiplas formas por que logramos o ir descodificando, para mais facilmente intervirmos nele em nosso proveito; vivendo nós imersos no mundo sensível e rodeados pelas formas múltiplas da sua interpretação / manipulação / *representação*; tornando-se também paulatinamente *real* o resultado multimodo da acção do *homem* sobre o seu *meio*, significa tudo isso que nenhuma educação que não vise a completude, num processo ininterrupto do mais simples ao mais complexo, numa permanente releitura do *antigo* e incorporação do *novo*, nenhuma educação que não seja assim, pode responder à exigência que, desde a já longínqua *Declaração Universal dos Direitos do Homem*, um sem número de *proclamações* e *compromissos*, assumidos solenemente, em instâncias plenárias internacionais pelos dirigentes políticos de todo o Orbe, garante, preto no branco, ao cidadão comum de todas as partes do Planeta. Nenhuma educação digna desse nome visará outra coisa, ainda se vem quase sempre condenada a quedar-se muito aquém, na materialização dos seus mais nobres desígnios.

Eis também por que nenhum percurso educativo se pode dar, em algum momento, por concluído.

É aqui que entram as parcerias e, para além delas – que a escola não dura sempre e a esperança de vida tem vindo a aumentar, para desespero de quem gere as contas do Estado, no capítulo respectivo – os programas educativos próprios, de quantos organismos de cultura e de arte se espalham por esse País: museus, teatros, orquestras, onde os projectos educativos devem ser preocupação

permanente de quem programa: projectos voltados para todos os estratos do tecido social, e, de um modo muito especial, para aquelas camadas da população tradicionalmente mantidas nas margens de qualquer fruição, neste como em bem mais gritantes domínios. Que ninguém seja deliberadamente mantido de fora. Ninguém pode ser excluído.

Aqui, nesta Casa da Música, entre as muitas e variadas iniciativas da Direcção de Educação, direccionadas para jovens e para idosos, para famílias e para escolas, para músicos e não músicos, para deficientes de vária natureza, há mesmo uma, prevista para o próximo ano, que se orientará, e não haverá aí outro limite – vejam só – para surdos...

É de crer, e disso se vai tendo notícia, que os departamentos de educação das estruturas culturais citadas estejam já a fazer o seu trabalho. É um farol que vai à frente, se assim acontece.

O magno problema; Colegas, é que me palpita que a esta só constatação – a da importância da educação artística na formação de homens e mulheres livres, responsáveis, solidários, respeitadores da diferença, defensores da sua cultura e do seu ambiente, se reduzirá o consenso unânime de todos quantos se dão, neste momento, à amabilidade de me escutar.

E – palpita-me ainda – o consenso em torno desse *reconhecimento* estava feito à partida, no meio artístico, e dele ninguém tinha dúvidas.

Pois então, ainda uma vez se diga: não se perca mais tempo; reconheça-se na prática, no dia a dia das escolas, de todas as escolas do País, o que se admite reconhecido na teoria. Escolarize-se a arte. Mas, por favor não se a infantilize!

Acontece por vezes, em Conferências como esta, no calor da argumentação, na embalagem do discurso, saltarem coisas surpreendentes: “as artes – ou seria a educação artística? – têm é que se ‘desescolarizar’ – foi dito. Numa daquelas comunicações que me impressionaram pela elegância e fluência com as ideias iam prestidigitadoramente desembocando umas nas outras. A páginas tantas, saltou aquilo: “as artes têm é que se ‘desescolarizar’. Mas, então não foi na perspectiva de as fazer entrar na escola, na escola comum, aonde verdadeiramente não lograram ainda pôr o pé, ao menos de uma forma escurreita, que aqui nos reuniram?

Eu sei, todos sabemos: apesar dos professores – e também por causa de muitos deles – não é um modelo a escola que temos. Temos a possível, e não se encontrou ainda substituto para ela. Estaria bem melhor, se, no lugar do azurraque, estivesse, em permanência, o incentivo. Mas também a democracia que construímos não nos

tem vindo a proporcionar o melhor dos mundos, e não se vislumbra que queiramos, ou tenhamos engenho para inventar outra. E os governos do nosso descontentamento, o que haveremos de considerar a seu respeito? Não foi de governação em governação, todas democraticamente escolhidas por um povo ávido de melhorar as suas condições de vida, que chegámos ao ponto a que chegámos?

A Conferência da UNESCO produziu o que podia produzir: *Recomendações*. E esta, não foi reunida para produzir outra coisa. Destina-se a recomendar sobre o *recomendado*.

Mas é muito longo, Caros Colegas, o historial dos *reconhecimentos* que se finaram em *recomendações*. E finaram-se porque *recomendações* de fóruns internacionais, mesmo quando activamente participados, é coisa a que ninguém acha que deva ligar para consumo interno. O que se apregoa lá fora é sempre para os outros, nunca, ou muito raramente, para os naturais do país que se governa.

Ainda quando os *reconhecimentos* assumem a forma de *declarações* grandiloquentes, de *compromissos* jurados, está mais que visto que tudo acaba por não passar de letra morta que, em marés mais críticas, ou mais oportunas, os momentâneos timoneiros deste mundo sentem necessidade de recauchutar, voltando a apresentar tudo de novo, como se nunca tivesse sido proclamado antes. Querem provas?

Recuemos, então, aos anos que imediatamente se seguiram à última conflagração mundial:

A *Declaração Universal dos Direitos do Homem*, já aqui trazida, assinada em 1948 pelos representantes de todas as *Nações* momentaneamente *Unidas*, depois de reconhecer e consagrar, no seu Artigo 1º, que “*Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos*” e, de os concitar, porque, afinal, “*Dotados de razão e de consciência*”, a “*agir uns para com os outros em espírito de fraternidade*”, estabelecia, no Artº 22.º, entre outros direitos, que “*Toda a pessoa (...) pode legitimamente exigir a satisfação dos direitos económicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade (...)*”.

Desde logo, diante da óbvia distância que separa a doutrina subjacente ao artº 22º da que informa o artº 1º, cabe perguntar:

- a quem se pretendia assegurar tais garantias? Seria mesmo a toda a pessoa? Ou intentar-se-ia, através de um tal articulado, que *uns* – a esmagadora maioria, os da

mó de baixo de sempre – se sentissem legitimados para exigir e os *outros* – os ancestrais arrebatadores de todos os privilégios – obrigados a não recusar? E não é possível descortinar, entre uns e outros, a multidão dos que julgam o dissídio, mais a dos que organizam a exigência, mais a dos fazedores de opinião, alinhados de um e outro lado, mais a dos que a apetrecham para a tornar razoável? Não se descortinam logo os “ganhadores” e os “perdedores”?

E prossegue a *Declaração*, num tom que deixa a descoberto a dura realidade – o *negativo* por detrás do *positivo* que se proclama (cito o artigo, pela sua absoluta exemplaridade, e, Colegas, se vos parecer ele distante do objecto que aqui nos reúne, não esqueçam o sábio ensinamento de Anaxágoras - ‘Tudo está em tudo’):

Reza então, lapidarmente, o fantástico artº:

“ Toda a pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à protecção contra o desemprego”.

Foi em 48 do século passado – relembro. Onde é que isso está, sessenta anos volvidos, a ser levado a sério?

Imaginem uma formulação do tipo: o desenvolvimento humano exige que algumas pessoas tenham direito a explorar o trabalho da esmagadora maioria e a impedir de trabalhar os insurgentes, os incómodos de todo o tipo, os mais débeis, os menos produtivos?

Mas qual das formulações traduz a realidade, sessenta anos depois? Não andaré por aí um rematado cinismo nas novas tentativas para reorganizar/sujeitar o mundo laboral?

Ai acham que isso não tem nada a ver com a educação?

Então, não há, em termos objectivos, quem desfrute de mais direito a ela? Onde a razão?

Mesmo no terreno que nos é caro – o das artes – não reconhecemos nós próprios, na prática quotidiana, mais direitos a uns que a outros?

Recomendo a todos uma revisitação ao esclarecedor texto da *Declaração Universal*. Lá encontrão, a páginas tantas, preto no branco:

“Toda a pessoa tem direito à educação. [...]. A educação deve visar a plena expansão da personalidade humana e o reforço dos direitos do homem e das liberdades fundamentais”.

“Toda a pessoa tem o direito de tomar parte livremente na vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar no progresso científico e nos benefícios que deste resultam. [...]”

E, condição *sine qua non*:

“Toda a pessoa tem direito a que reine, no plano social e no plano internacional, uma ordem capaz de tornar plenamente efectivos os direitos e as liberdades enunciados na presente Declaração”.

Será, esta ‘ordem’ que conhecemos, a ‘ordem’ a que nos foi reconhecido direito? Tanto direito universalmente reconhecido já foi alguma vez universalmente traduzido na prática?

Temos conversado.

Reunidos no edifício das Nações Unidas, ou noutras partes do Planeta, longe das suas pátrias aonde promovem e aplicam as políticas que entendem, ou a que os açambarcadores das riquezas do Planeta lhes mandam que apliquem, os dirigentes das Nações, volta meia volta, ao longo dos anos, voltaram repetidamente à carga. Fartaram-se de acumular declarações sobre resoluções, visando todas, intrepidamente, entre outros magnos desígnios, vejam só... a erradicação da pobreza. Estão a conseguir, como é patente...

Em Portugal, notícias que não fazem o nosso orgulho trazem-nos 2 milhões de portugueses a viver abaixo do limiar da pobreza.

É com essa realidade que o desafio da educação tem que se confrontar. Os educadores não lhe podem ficar indiferentes, sob o risco de o não serem. A formação de homens e mulheres solidários não passa de retórica se solidários não forem os próprios formadores.

Há muito a mudar a montante da escola, mas a mudança, quem não está farto de o saber?, não se fará jamais por obra e graça de quem detém a riqueza, nem de quem executa as políticas que a concentram em meia dúzia de mãos.

Seria longuíssimo o estendal de provas do que acabo de dizer, colhidas tão-só nas insuspeitas declarações dos dirigentes políticos à escala planetária, quando se reúnem, no quadro da ONU, ou de qualquer dos seus organismos especializados.

Não vou enfadar-vos com o desfiar desse rosário.

Esclarecedoras, as seguintes palavras de Kofi Anan, pronunciadas com a moderação que é seu apanágio:

“Muitos sentem a globalização não como um factor de progresso, mas sim como uma força de desagregação, quase semelhante a um ciclone, dada a sua capacidade de destruir vidas, empregos e tradições, num piscar de olhos. Para muitos, existe a necessidade de opor resistência ao processo e procurar refúgio na segurança da dimensão local. A globalização pode estar a exacerbar a desigualdade. Pode estar também a perturbar tradições culturais e a aumentar o nosso sentimento de desorientação espiritual”.

E mais estas:

“O sector privado, apesar de vivo e dinâmico, não pode por si só dar um rosto humano aos mercados globais ou atingir os milhões que se encontram nas margens”.
– A sombra do *Forum Social Mundial* rondava a consciência do anterior Secretário Geral.

Os Governos têm de submeter todas as principais decisões em termos de políticas a um teste de desenvolvimento social para determinar os seus impactes sociais. Os países têm de aprender a avaliar os custos de negligenciarem o desenvolvimento social.

Quem pronunciou tais barbaridades? Inge Kaul, Directora do Gabinete de Estudos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Algum governo em algum país a está a levar a sério?

Em matéria de custos, eles andam por aí, à vista de todos, e são tudo menos edificantes.

Não terminarei este desfiar de desencantos que condicionam irremissivelmente tudo quanto se queira fazer em contexto escolar, sem deixar aqui uma referência à “Cimeira Social de Copenhaga”, ocorrida em 1995 (a qual viria a ter desenvolvimentos na Cimeira do Milénio e, mais próximo de nós, no tempo e no espaço, numa série de orientações da União Europeia), cimeira essa que se debruçou sobre três pontos essenciais, repercutidos em todas as outras. Ouçam e pasmem:

- A erradicação da pobreza;
- A promoção da integração social, e
- A promoção do pleno emprego.

Dela saiu, naturalmente, uma *Declaração* – mais uma – e, desta vez, um conjunto de dez solenes compromissos que constituem o seu miolo. Aí, de novo, nos compromissos terceiro e oitavo: : *Comprometemo-nos a promover o objectivo do pleno emprego como prioridade básica das nossas políticas económicas e sociais; Comprometemo-nos a assegurar que os programas de ajustamento estrutural acordados incluam os objectivos de desenvolvimento social, em particular a erradicação da pobreza, a criação de pleno e produtivo emprego e a promoção da integração social;*

À nossa Conferência interessa particularmente o sexto compromisso. Nele, com igual vigor, se proclama: “*Comprometemo-nos a promover e a alcançar os objectivos do acesso universal e equitativo a uma educação de qualidade*”.

Comprometemo-nos, comprometemo-nos, comprometemo-nos... Conversa? Andarão os políticos todos do mundo inteiro, como baratas tontas, sem perceber nada do que se passa à sua volta? A fingir que não vêem? Ou a ver se aguentam a turba por mais um tempo?

Virá esta Conferência a desaguar numa excepção? Oxalá!

Excelente coisa é a democracia. Alguém o duvida? Ela tem, contudo, muitas interpretações e não faltam, em praticamente todas elas, escancarados alçapões.

Tomemos o caso exemplar da matéria que nos reúne aqui (prometo – sosseguem – recentrar o discurso). Registei, a dado momento, um ponto de partida absolutamente consensual: o da importância duma educação artística na formação integral da pessoa humana. Para logo suspeitar de que o consenso se quedaria por aí.

Estarei eu enganado?

Querem ver?

Mas é claro que já viram!: Projecte-se pôr em marcha o reconhecimento dessa importância – desse direito, digamo-lo sem rodeios, pois do que se trata é de promover a educação integral que a Declaração Universal dos Direitos do Homem há muito proclama ser direito de todo o ser humano, do Darfur a Portugal. Projecte-se mesmo implementá-la. Salta de imediato o dissídio, o desalinho o destrambelho.

Desde logo porque, se calhar, a dita importância, o dito direito, apenas no meio artístico será evidente e incontroverso. No resto do espectro social, entre os detentores de outras formações ou de formação alguma, tal evidência esfuma-se, ou tem uma aceitação de efeitos práticos irrelevantes. Quando muito, numa escassíssima percentagem da população, em alguns nichos sociais mais ou menos bem pensantes, progressivamente mais alargados – estou em crê-lo, ainda assim – gente que desfrutou, em sua formação, de algum contacto com alguma das artes, será possível encontrar aliados.

É largamente insuficiente.

Façam comigo o exercício de estreitar o âmbito, cingindo-nos tão-só ao mundo do ensino: não vêm crepitar os problemas? Claro que vêm:

- O currículo não é elástico, se entram as artes, o que é que sai?
- Artes? Para ocupação dos tempos livres, só se for;
- Mas, quem se atreve a sugerir: educação física para os tempos livres?
- Quem se atreve a sugerir a subalternização de qualquer das outras tradicionais componentes do currículo?

A exacerbação dos interesses, sejam eles ou não, meramente, corporativos, pode chegar ao rubro. Ainda no seio dos próprios educadores artistas:

- A minha arte é melhor que a tua;
- A minha arte precisa de mais horas do que a tua;
- Não reconheço à tua arte necessidade de mais ampla fatia horária.

Mas, se nos centrarmos no quadro restrito de cada uma das artes, ainda aí, não acabam os desacordos: sobre os conteúdos, os métodos, as estratégias, que direi eu, as competências...

Por sobre todo o alarido, avulta, depois, a escassez – longe de mim dizer a penúria – de recursos materiais e, sobremaneira, de recursos humanos devidamente qualificados, ou com as qualificações que o sistema reclama.

Para complicar, vai tudo bater à finança...

Um sarilho, é o que é.

Eis por que a receita para sair dele pode ser a discussão pública. Nada mais democrático!

Como “em casa onde não há pão todos ralham e ninguém tem razão”, aí temos, escancarado, o alçapão: se ninguém se entender, como pode muito bem ser, no fim de tudo, o caso, ficam os poderes públicos legitimados das medidas que tomem e das que não tomem.

Mas Conferências como esta, não se destinam a descer ao concreto da proposta. Cabe-lhes – já isso se disse – *recomendar*.

Naturalmente que, a seguir, uma comissão bem intencionada, constituída por especialistas superiormente preparados, esclarecidos em todos os domínios, sobretudo naqueles em que as ciências da educação convivem com cada uma das artes, irá ser nomeada para ‘trabalhar’ sobre as ideias produzidas, sobre as ‘recomendações’ ‘recomendadas’, irá debater-se com o que sempre se soube que era preciso que um dia alguma comissão se debatesse, a saber: sobre de que modo é que as artes ou a dita educação para elas, entram no currículo. Estão a ver? Tem muito que se lhe diga a estratégia de queimar tempo...

A seguir, de costume, muda o governo...

Dir-me-ão que ninguém é calculista a esse ponto.

Pode ser.

De uma coisa não duvido: da rectidão, da competência, da capacidade para superar todos os obstáculos da equipa que organizou este magno encontro. Nem da extraordinária boa vontade de quantos nele se envolveram, nem das muito justificadas expectativas de todos os que não conseguiram vir aqui mas estão connosco nesta causa. Nem há-de ter faltado quem alertasse, na sucessão das intervenções, para a necessidade de se descer ao concreto, de se encontrarem e proporem soluções, e quem trouxesse até, ao debate, exaltantes exemplos de concretas realizações neste campo, as tais “boas práticas”. Porque boas práticas vai-as havendo, apesar de tudo. Arriscamos considerar que as houve sempre. Por vezes, nas circunstâncias menos propícias. E, nos dias que correm, vão existindo meios especialmente propiciadores – como o é, por excelência, esta Casa da Música, de todas as músicas.

Não se pense, pelo que venho dizendo, que não reconheço a importância desta Conferência e de quanto nela se disse. E quem sou eu para reconhecer ou deixar de reconhecer o que quer que seja. Tudo o que envolve dedicação, entusiasmo, entrega é sempre da maior importância. É da maior importância que todos os potenciais actores de um processo que pode vir a ser implementado um dia – ai a minha irremediável credulidade! –, estejam cientes do mar encapelado com que a nau vai ter que se haver.

Às tantas, não menos importante que uma Conferência voltada para os agentes da projectada mudança seria uma outra que envolvesse todos os previsíveis opositores a ela, que serão, palpita-me, a maioria. Uma Conferência de

Educação Artística orientada para tudo o que mexa no mundo do ensino e fora dele, com excepção dos professores de qualquer das artes.

Mas o sistema democrático pode também abrir, por um bambúrrio, alçapões de sentido inverso. Um deles conheço eu, bem de perto, como se escancarou e veio a produzir resultados que, entre nós, nunca fora possível obterem-se por processos mais escorreitos.

Em fins dos anos oitenta / princípios dos noventa do século findo – andavam, há muito, os conservatórios clamando por uma reforma que ainda lhes não veio – o ME, pressionado pelo patronato, que começava a acusar a falta de quadros técnicos intermédios com formações minimamente qualificadas – eram necessários torneiros mecânicos, técnicos de informática, electricistas, empregados de hotel com algum *savoir faire* –, o ME – ia dizendo – sem necessidade de recorrer a qualquer espécie de conferência legitimadora – evitando-a, aliás, por receio da onda de protestos – fez publicar um decreto-lei que, de um momento para o outro, criava as escolas profissionais. Os capitais eram públicos, a sua administração privada... O ensino público ficou-se a vê-las passar. E o grosso da classe docente, esperançado, quiçá, num suplemento de horas, então muito bem pagas, nas novéis escolas, que isto da vida é um canudo, depois de algum ‘sururú’, acabou por se meter em copas.

Ora, o famigerado diploma não referia em nenhum momento, nem ao de leve, a possibilidade de criação de escolas profissionais artísticas, de escolas profissionais de música, por exemplo. Mas, como não referia, não impossibilitava. E houve então quem se tivesse apercebido do alçapão, tendo, por uma felícia monumental, meramente conjuntural – diga-se em abono da verdade –, encontrado disposição, onde era imprescindível que a houvesse, para propiciar a abertura da tampa – falo do GETAP, do seu Director, o Doutor Joaquim Azevedo, que já tivemos a oportunidade de escutar e de aplaudir no decurso destes trabalhos, e do então Ministro da Tutela – o Prof. Roberto Carneiro. É de toda a justiça referi-los.

Ninguém hoje desconhece – já isto se disse – o que significaram / significam, para dar apenas um exemplo, as escolas profissionais de música no desenvolvimento da cultura musical do País, que aí está, numa marcha ascensional verdadeiramente surpreendente. Pelo que, tais escolas, elas próprias, protagonizam e pelo que, por arraste, despoletaram no tradicional ensino especializado da música, público e privado, que despertou da longa letargia (embora – sublinhe-se – não seja de buscar aí o único motor do maior sucesso actual das escolas onde esse ensino tem lugar, como todos estamos também fartos de saber: o escoamento precoce de putativos músicos para o sorvedouro da docência no 2º ciclo do ensino básico, antes de concluída qualquer formação, tinha de acabar um dia, por entupimento. Tendo-se

tornado a oferta largamente excedentária fez-se a procura mais exigente no capítulo das formações requeridas, o mesmo ocorrendo no que concerne a docência no ensino especializado. Com o que todos irão acabar por lucrar).

A quantidade de jovens músicos que todos os anos acabam os seus cursos, nas escolas superiores e nas universidades, o número dos que, depois, prosseguem os seus estudos, por mestrados e doutoramentos de que resultam, entre outros notórios desenvolvimentos, um cada vez melhor conhecimento do nosso passado musical;

A quantidade de jovens que de um modo crescente, se envolvem com o bailado, com o teatro, com o cinema, com o audiovisual, a acrescer aos que, desde tempos mais antigos vêm sendo constantemente atraídos por alguma das chamadas belas artes;

O surpreendente número de escritores jovens – romancistas, poetas, ensaístas – constitui um sinal de esperança relativamente à questão de fundo que nos trouxe aqui.

Não poderia deixar de trazer a esta tribuna alguma referência aos problemas que há longo tempo se arrastam no ensino especializado da música situado a montante do ensino superior, por ser ele raiz incontornável das formações de que é necessário dispor para que se possa responder com eficácia a todos os desafios educativos. Referir tudo seria pano para muita conferência.

- O diploma enquadrador que ponha termo ao labirinto legislativo, o que é feito dele? Quer-se que seja sucinto, claro, inspiração para a iniciativa e não o seu espartilho.

A questão das vias é importante. Não parecem mal as que existem. Respondem ao tipo de procura, que é crescente em todas elas.

Quis-se, não há muito tempo, acabar com as escolas profissionais. Pretende-se agora, ao que parece, que o modelo destas transite para os conservatórios, com exclusão de todas as outras vias.

A tutela ziguezagueia tanto como este discurso, quer-se é que seja menos efémera nas linhas de rumo que, ao fim, acaba sempre por nem traçar nem destramar.

Se for por diante, a medida irá esvaziar as escolas: é a convicção generalizada.

Naturalmente que os conservatórios públicos não podem senão proporcionar aprendizagens ao mais alto nível. Ninguém perceberia que o não fizessem. Não podem, e de resto nem querem ser escolas de 2ª. Importa é reformular currículos e actualizar programas.

As escolas do ensino particular e cooperativo ir-lhes-ão, como de costume, no encaço.

O problema das habilitações há que encará-lo de uma vez por todas. Não é legítimo ter usado as antigas como boas, quando não havia mais nenhuma, para agora, quando os seus detentores estão próximos da reforma, os desconsiderar da maneira mais inumana.

Naturalmente que o imobilismo de alguns, em matéria do que deve ser a atitude de quem ensina, a saber a busca permanente de aperfeiçoamento em acções de formação que têm de ser ajustadas, credíveis e de utilidade evidente, não pode nem deve ser incentivado.

- Os quadros de escola, quando virão eles, senhores do Ministério?

- Uma verdadeira vergonha, senhores do Ministério ainda, o estado a que se deixou chegar o Auditório do Conservatório Nacional de Lisboa, a despeito dos constantes alertas, de que nos chegam ecos há bem mais de duas décadas. Qual é o problema? O espaço, que tem um reconhecido valor patrimonial, não merece?

E o Conservatório de Música do Porto: para quando as novas instalações?

Retornando à educação artística, que se espera ver implementada e acarinhada em todo o tecido social que a demande, uma última palavra vai para a prática amadora. Contam-se por milhares as associações culturais e artísticas amadoras por esse País fora. Dezenas de milhar de boas vontades giram em torno das suas actividades e delas colhem, evidentemente, um benefício sem preço. Gente generosa, solidária, sedenta de beleza. A sua actividade traduz-se em milhões de horas de dádiva que ninguém contabiliza, mas que constroem o tecido cultural mais desprezado do País. É necessário olhar para elas. É imperioso proporcionar-lhes os meios que as levem a colocar a fasquia da sua exigência, em questões de qualidade, progressivamente mais alto.

É verdade: encarar a sério o problema da educação artística, há muito consagrada como um direito universal, significa mexer em todo o edifício escolar, do pré-primário aos politécnicos, às universidades; significa mexer com a sociedade no seu conjunto. É um desafio ciclópico.

Termino como começava. Basta de discurso! A acção espera por nós!

Porto, 31 de Outubro de 2007

José Luís Borges Coelho